Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Industrial Cataguases ("Companhia") constituída como uma "Sociedade Anônima" domiciliada no Brasil, com a sede social localizada na Praça José Inácio Peixoto, nº 28, bairro Vila Tereza - Cataguases - MG, tem por atividade principal a fabricação, comércio, importação e exportação de fios e tecidos, de matérias primas e produtos intermediários, têxteis, bem como a fabricação, a comercialização, a importação e a exportação de confeccionados em geral.

A Sociedade controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações ("Domínio" ou "Controlada"), constituída em 22 de setembro de 1998, cujo capital social foi totalmente integralizado em imóveis de natureza residencial, tem como objetivo a corretagem, a Administração, a locação, a compra, a venda e a incorporação de bens imóveis.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2018.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa 3.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, e que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 2.1 (c).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Declaração de conformidade

(i) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC e conforme as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(ii) Demonstrações contábeis individuais da Controladora

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Estimativas e premissas significativas são utilizadas, principalmente: (a) na constituição de provisões para riscos (considerações na nota 21); (b) na constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes (considerações na nota 7-b); na constituição de provisão para perda de estoques (considerações na nota 8-a); na constituição de provisão para prêmio aposentadoria (considerações na nota 20-a).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Apresentação de informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo disposição em contrário.

(a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, de acordo com o pronunciamento técnico - CPC 36, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

	Percentagem de participação	
	2017	2016
Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.	99,98%	99,98%

As demonstrações contábeis consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de Companhia controlada.

A controlada é consolidada a partir da data de formação ou de aquisição, sendo esta a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. O exercício social da controlada é coincidente com o da Controladora, e as demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período é atribuído aos proprietários da Controladora e à participação dos não controladores.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Investimentos em controladas (demonstração financeira individual)

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis individuais da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

(c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo, ao final do exercício social.

(e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

(g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 e avaliação a custo atribuído em 1º de janeiro de 2009.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A Administração efetuou a revisão da vida útil dos seus bens e não foi necessário efetuar ajustes à depreciação. As vidas úteis médias estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

Allos
20
16,4
18,5
5
5
5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Para os intangíveis de vida útil definida, que são substancialmente softwares, esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos, com base no método linear de amortização.

(i) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

(j) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

(k) Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2017.

(ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(l) Beneficios a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, previdência privada, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia. A Companhia possui plano de benefício definido que é um plano de benefício pós-emprego sob o qual efetua o pagamento fixo diretamente a seus empregados e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva adicional.

A Companhia concede abono de aposentadoria a ser pago conforme acordo coletivo de trabalho aos empregados que vierem a se desligar por motivo de aposentadoria, seja especial ou por tempo de serviço.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(n) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação.

(o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações contábeis individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2016 optou pela tributação presumida para o imposto de renda e contribuição social.

(q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

(r) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(s) Propriedade para investimento

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ganho ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados.

(t) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 - Subvenções e assistências governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

(u) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber, depósitos judiciais, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivo financeiro

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas ou canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, as quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente)
A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida. Entra em vigor em 1º. de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11 - "Contratos de Construção", o IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor. Essa norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou essa nova norma e em sua opinião não tem efeito relevante em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de venda, na qual as obrigações de desempenho são claras (entrega de Tecidos, produtos confeccionados ou Fios) e a transferência do controle dos bens não é complexa, sendo feita na medida em que a responsabilidade é transferida ao comprador.

Adicionalmente, a Companhia já adotava a prática reconhecer as vendas líquidas de bonificações de forma que a receita representa o valor efetivo gerado na operação, com base nas condições estabelecidas com os clientes. As estimativas de perda de valores não tem impacto significante no reconhecimento de receita, haja visto que os produtos da Companhia não oferecem garantias, assim como as perdas de valores com créditos de liquidação duvidosa não apresentam impactos relevantes em decorrência das políticas de crédito mantidas pela Companhia (vide nota explicativa 28c).

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros) A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações do IFRS 9 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado) dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiro sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco de

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

impairment ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras.

(iii) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) – Operações com Arrendamento Mercantil) A nova norma substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor apartir de 1º. de janeiro de 2019. A Administração está em processo de avaliação da norma, em 31 de dezembro de 2017 não existia operações de arrendamento.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidad	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e Bancos - moeda nacional Caixa e Bancos - moeda estrangeira Aplicações Financeiras	922 4.488 19.358	710 16.501 11.932	958 4.488 19.556	758 16.501 12.205
	24.768	29.143	25.002	29.464

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário e Fundos de Renda Fixa com remuneração média de 101,16% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2017. Essas aplicações estão concentradas em bancos de 1ª. linha, classificada pelas principais agências de rating.

6 Títulos e valores mobiliários

	Controlado	ra e Consolidado
	2017	2016
Títulos e valores mobiliários	2.205	2.161
Circulante Não Circulante	829 1.376	1.467 694

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário e Fundos de Renda Fixa remunerados à taxa média de 94,75% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

Existem aplicações financeiras dadas em garantia à empréstimos (Cédula de Crédito de Exportação e Cédula de Crédito Bancário) no montante de R\$ 2.066 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.863 em 31 de dezembro de 2016).

7 Contas a receber de clientes

	Con	troladora	Con	nsolidado
	2017	2016	2017	2016
Mercado interno Mercado externo	34.036 10.093	39.660 6.979	34.036 10.093	39.665 6.979
	44.129	46.639	44.129	46.644
Ajuste a valor presente (a) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (b)	(995) (5.215)	(1.155) (6.033)	(995) (5.215)	(1.155) (6.033)
	37.919	39.451	37.919	39.456

Os valores a receber por vencimento estão detalhados abaixo:

	Co	Controladora		onsolidado
	2017	2016	2017	2016
Duplicatas a vencer Duplicatas vencidas:	35.850	37.849	35.850	37.855
De 1 a 30 dias	2.137	1.958	2.137	1.958
De 31 a 60 dias	313	576	313	576
De 61 a 90 dias	219	223	219	223
Acima de 90 dias	5.610	6.033	5.610	6.032
	44.129	46.639	44.129	46.644

(a) O ajuste a valor presente é calculado para operações com vencimento médio de 71 dias. Foi utilizada a taxa média de desconto para o mercado interno de 2% ao mês, para vendas com prazo menor ou igual a 60 dias, e 2,2% ao mês para vendas com prazo maior que 60 dias. Para o mercado externo foi utilizada a taxa de 0,62% ao mês. Essas taxas correspondem às taxas efetivas repassadas nas operações a prazo.

(b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora e Consolidado			
	2016	Adições	Baixas	2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.033	556	(1.374)	5.215
	6.033	556	(1.374)	5.215

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos há mais de 90 dias.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Produtos acabados	23.207	33.328	23.385	33.506
Produtos em processamento	23.042	19.148	23.042	19.148
Matérias primas	14.193	13.123	14.193	13.123
Almoxarifado	4.056	6.035	4.056	6.035
	64.498	71.634	64.676	71.812
Provisão para perdas de estoque	(3.956)	(5.074)	(3.956)	(5.074)
	60.542	66.560	60.720	66.738

(a) Movimentação da provisão para perda de estoque:

	-	Controladora e Consolidado			
	2016	Adições	Baixas	2017	
Provisão para perda de estoque	5.074	3.942	(5.060)	3.956	
	5.074	3.942	(5.060)	3.956	

9 Impostos a recuperar

	2017	2016
IR/CS a recuperar	267	1.702
IR/CS parcelamento Paex	2.201	2.213
ICMS	5.108	5.134
PIS	214	345
COFINS	1.046	1.590
INSS	51	36
Outros impostos	271	139
	9.158	11.159
Circulante Não circulante	1.684 7.474	4.455 6.704

Controladora e Consolidado

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Adiantamento a despachantes aduaneiros	104	161	104	161
Despesas antecipadas	591	310	591	310
Adiantamento à funcionários (i)	899	1.171	899	1.171
Outros	121	85	174	158
	1.715	1.727	1.768	1.800

⁽i) Refere-se basicamente a adiantamento de férias coletivas R\$ 685 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 943 em 31 de dezembro de 2016).

11 Investimentos (Controladora)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Avaliados ao custo Avaliados pela equivalência patrimonial	101 4.122	101 7.898	275	266
	4.223	7.999	275	266

(a) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

O saldo referente ao investimento pelo método de equivalência patrimonial refere-se em sua totalidade a quotas de capital da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.

	2017	2016
Ouetes pessuídes Demínio Imphiliénio	4 16 5 6 1 5	5 050 046
Quotas possuídas-Domínio Imobiliária	4.165.617	7.958.846
Patrimônio Líquido	4.122	7.899
Lucro líquido do exercício	17	332
% de participação	99,98	99,98
Domínio Imobiliária	2017	2016
Ativo	5.615	9.299
Passivo	1.493	1.400
Patrimônio líquido	4.122	7.899
Receita líquida	37	28
Lucro do período	17	332

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial -Controlada indireta

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. constituiu no exercício de 2011 participação de 51% da Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria. O Conselho de Administração da Companhia, depois de analisar a operação da referida sociedade sob os aspectos societário, estratégico e financeiro deliberou, por unanimidade, descontinuar a operação, em razão de: (i) dificuldades na obtenção de informações mercadológicas, de planejamento, estratégia de produto e vendas e outras gerenciais sobre o negócio; (ii) desalinhamento estratégico; (iii) ausência de plano de negócios; (iv) utilização do nome e credibilidade da Companhia no negócio, sem a obtenção de contrapartida satisfatória; e (v) vício formal de sua constituição. Atualmente estão sendo tomadas providências pela nova diretoria, atendendo determinação do Conselho de Administração, para encerramento da mesma nos órgãos federais, estaduais, municipais, previdenciários e junta comercial.

2017

2016

		201/	2010
	Quotas possuídas - Caporena Patrimônio líquido Prejuízo no período % de participação	5.100 (2.902) (263) 51	5.100 (2.639) (303) 51
(c)	Movimentação dos investimentos		
	,	2017	2016
	Saldo inicial Resultado de equivalência patrimonial Dividendos pagos	7.999 17	9.289 332 (1.630)
	Redução do capital investido em controlada (i) Integralização de capital por distribuição de Sobras	(3.793)	8
	Saldo final:	4.223	7.999

i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23/03/2017, foi aprovada a redução de capital da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda em R\$ 3.793. Em virtude da redução de capital fica liquidado o mútuo vigente entre a Companhia e a Controlada.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Propriedade para investimentos

	Contro		
	2017	2016	
Imóveis (b)	717	826	
	<u>717</u>	826	
		Consolidado	
	2017	2016	
Terrenos (a) Imóveis (b)	3.000 ——————————————————————————————————	3.000 826	
	3.717	3.826	

	Co	ontroladora	Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Saldo inicial	826	600	3.826	3.600	
Ganho/(perda) de ajuste a valor justo	(109)	226	(109)	226	
Saldo final	717	826	3.717	3.826	

- (a) Refere-se a um terreno da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda, localizado no bairro Menezes, que possui valor justo de R\$ 3.000.
- (b) Refere-se a imóvel adquirido que teve sua propriedade consolidada em nome da Companhia, na forma do artigo 27, parágrafo 6º da Lei 9514/97 em 21 de junho de 2010, em decorrência do não cumprimento do contrato de confissão de dívida com alienação fiduciária do imóvel em referência, celebrado via escritura pública com o devedor da Companhia. O referido imóvel foi arrendado em 2010, a receita reconhecida no resultado no período findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 39 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2016). O seu valor justo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 717 (R\$ 826 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia avaliou o valor justo do imóvel e dos terrenos e considera que o valor contábil apresentado está próximo do valor justo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

					Controladora
		2017			2016
Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
5.134		5.134	5.134		5.134
	(17.564)			(15.651)	24.602
174.142	(122.639)	51.503	173.327	(119.284)	54.043
22.790	(9.588)	13.202	22.405	(8.912)	13.493
10.141	(8.340)	1.801	9.967	(7.740)	2.227
2.734	(2.374)	360	3.701	(3.353)	348
23	(3)	20	23	(2)	21
1.302		1.302	2.814		2.814
257.940	(160.508)	97.432	257.624	(154.942)	102.682
	5.134 41.674 174.142 22.790 10.141 2.734 23 1.302	5.134 41.674 (17.564) 174.142 (122.639) 22.790 (9.588) 10.141 (8.340) 2.734 (2.374) 23 (3) 1.302	Custo Depreciação acumulada Valor líquido 5.134 5.134 41.674 (17.564) 24.110 174.142 (122.639) 51.503 22.790 (9.588) 13.202 10.141 (8.340) 1.801 2.734 (2.374) 360 23 (3) 20 1.302 1.302	Custo Depreciação acumulada Valor líquido Custo 5.134 5.134 5.134 5.134 41.674 (17.564) 24.110 40.253 174.142 (122.639) 51.503 173.327 22.790 (9.588) 13.202 22.405 10.141 (8.340) 1.801 9.967 2.734 (2.374) 360 3.701 23 (3) 20 23 1.302 1.302 2.814	Custo Depreciação acumulada Valor líquido Custo Depreciação acumulada 5.134 5.134 5.134 4.674 (17.564) 24.110 40.253 (15.651) 174.142 (122.639) 51.503 173.327 (119.284) 22.790 (9.588) 13.202 22.405 (8.912) 10.141 (8.340) 1.801 9.967 (7.740) 2.734 (2.374) 360 3.701 (3.353) 23 (3) 20 23 (2) 1.302 1.302 2.814

	2017						
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Terrenos	5.134		5.134	5.134		5.134	
Edificações	42.198	(17.594)	24.604	40.778	(15.660)	25.118	
Máquinas e equipamentos	174.142	(122.639)	51.503	173.327	(119.284)	54.043	
Instalações	22.790	(9.588)	13.202	22.405	(8.912)	13.493	
Móveis e utensílios	10.141	(8.340)	1.801	9.967	(7.740)	2.227	
Veiculos	2.734	(2.374)	360	3.701	(3.353)	348	
Reflorestamento	23	(3)	20	23	(2)	21	
Imobilizado em formação	1.302		1.302	2.814		2.814	
	258.464	(160.538)	97.926	258.149	(154.951)	103.198	

Movimentação do ativo imobilizado conforme demonstrada nos quadros abaixo:

-						Controladora
-	2016	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	2017
Terrenos	5.134					5.134
Edificações	24.602		(1.913)		1.421	24.110
Máquinas e equipamentos	54.043	112	(3.355)	(4)	707	51.503
Instalações	13.493	6	(676)		379	13.202
Móveis e utensílios	2.227	213	(607)	(62)	30	1.801
Veículos	348		(136)		148	360
Reflorestamento	21		(1)			20
Imobilizado em formação	2.814	1.298			(2.810)	1.302
<u>-</u>	102.682	1.629	(6.688)	(66)	(125)	97.432

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

_						Consolidado
_	2016	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	2017
Terrenos	5.134					5.134
Edificações	25.118		(1.935)		1.421	24.604
Máquinas e equipamentos	54.043	112	(3.355)	(4)	707	51.503
Instalações	13.493	6	(676)		379	13.202
Móveis e utensílios	2.227	213	(607)	(62)	30	1.801
Veículos	348		(136)		148	360
Reflorestamento	21		(1)			20
Imobilizado em formação	2.814	1.298			(2.810)	1.302
=	103.198	1.629	(6.710)	(66)	(125)	97.926
						Controladora

						Controladora
	2015	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	2016
Terrenos Edificações	5.134		(1.896)		2.223	5.134 24.602
Máquinas e equipamentos	24.275 55.029	421	(3.652)	(144)	2.389	54.043
Instalações	13.175		(668)	(11)	986	13.493
Móveis e utensílios	2.355	325	(631)		178	2.227
Veículos	498	115	(214)	(86)	35	348
Reflorestamento	22		(1)			21
Imobilizado em formação	4.129	4.496			(5.811)	2.814
_	104.617	5.357	(7.062)	(230)		102.682

						Consolidado
	2015	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	2016
Terrenos	5.134					5.134
Edificações	24.623		(1.904)		2.399	25.118
Máquinas e equipamentos	55.029	421	(3.652)	(144)	2.389	54.043
Instalações	13.175		(668)		986	13.493
Móveis e utensílios	2.355	325	(631)		178	2.227
Veículos	498	115	(214)	(86)	35	348
Reflorestamento	22		(1)			21
Imobilizado em formação	4.283	4.518			(5.987)	2.814
	105.119	5.379	(7.070)	(230)		103.198

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia, através de seu corpo técnico, efetuou análise para identificar a eventual existência de indicadores de *impairment* e efetuou a revisão da vida útil remanescente do seu ativo imobilizado. Não há indicação sobre existência de *impairment*, bem como não foi identificada a necessidade de alteração do plano de depreciação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui R\$ 2.339 de terrenos e R\$ 11.717 de imóveis dados em garantia a empréstimos (Nota Explicativa 17).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

_	Controladora e Consolida						
			2017			2016	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Software Intangível em formação	9.728 321	(8.887)	841 321	9.478 117	(8.378)	1.100 117	
	10.049	(8.887)	1.162	9.595	(8.378)	1.217	

Movimentação do ativo intangível conforme demonstrada nos quadros abaixo:

					Cont	roladora e Cons	olidado
	Taxa de amortização (%)	2016	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	2017
Software	20	1.100	39	(510)	(1)	213	841
Intangível em formação		117	292			(88)	321
	_	1.217	331	(510)	(1)	125	1.162
					(Controladora e	Consolidado
	Taxa de amortização						
	(%)	2015	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	2016
Software Intangível em formação	20	1.323 308	104 105	(614)	(9)	287) (287)	1.100 117
	_	1.631	209	(614)	(9))	1.217

O intangível da Companhia está composto de softwares e dos gastos necessários à sua implantação.

15 Fornecedores

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Contas a pagar aos fornecedores	9.201	10.576	9.203	10.577
Ajuste a valor presente	(110)	(147)	(110)	(147)
	9.091	10.429	9.093	10.430

A Companhia opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores de aproximadamente 22 dias.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ajuste a valor presente é calculado utilizando o vencimento efetivo dos títulos, sendo descontado à taxa de 1,24% ao mês, que corresponde à taxa efetiva repassada nas operações a prazo.

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

(a) Composição dos tributos diferidos

- 1	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativos fiscais diferidos		_		_
Provisão para contingências	905	460	905	460
Provisão para perdas ativos	2.882	3.310	2.882	3.310
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa CSLL	5.277	1.180	5.277	1.180
Outras	2.061	1.935	2.061	1.935
	11.125	6.885	11.125	6.885
Passivos fiscais diferidos				
Avaliação valor justo	4.714	5.086	4.714	5.086
Custo atribuído - outros	5.220	5.505	5.220	5.507
Diferença de depreciação fiscal – contábil (i)	9.114	9.007	9.114	9.007
Outras			2	
	19.048	19.598	19.050	19.600
Efeito líquido	7.923	12.713	7.925	12.715

⁽i) Refere-se a IRPJ e CSLL diferidos sobre a diferença entre os encargos de depreciação calculados com base nas taxas previstas em atos normativos da Receita Federal do Brasil (RFB) e aqueles apurados no resultado contábil.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administração em conformidade com a Instrução CVM 371/2002, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os tributos diferidos registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios. A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	Con	Controladora		nsolidado
	2017	2016	2017	2016
2017		3.832		3.832
2018	2.865	2.331	2.865	2.331
2019	3.450	722	3.450	722
2020	2.472		2.472	
2021	1.327		1.327	
2022	1.011		1.011	
	11.125	6.885	11.125	6.885

(b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(16.688)	1.794	(16.477)	2.171
IRPJ e CSLL apurados com base nas alíquotas nominais – 34%	5.674	(610)	5.602	(738)
Equivalência Patrimonial	6	113		
Doações Instituto Francisca de Souza Peixoto	(88)	(157)	(88)	(157)
Outras doações		(50)		(50)
Juros sobre capital próprio		302		302
Outros	166	442	167_	460
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - corrente	658	488	581	268
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - diferido	5.100	(448)	5.100	(451)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Empréstimos e financiamentos

			Control	adora e Cor	solidado
	Moeda	Taxa de juros (ao ano)	Venc.	2017	2016
FINIMP	USD	Juros de 4,72% + Comissão de 1,72%	2017		773
CCE/NCE	USD	4,6% a 5,29%	2019	16.767	18.970
ACC	USD	4,35% a 4,65% + Comissão de 3%	2018	8.602	10.492
Resolução 4131	USD	2,65% a 2,70% + comissão (1,8% a 1,9%)	2018	5.523	.,
CCE/NCE	R\$	CDI + juros de 4,90% a 5,75%	2019	8.624	22.613
FGPP	R\$	9,02% a 11,25%	2018	7.894	7.404
BNDES FINAME	R\$	TJLP + 5,4%	2027	173	
BNDES FINAME	R\$	3,5% a 6%	2021	2.164	2.793
CCB	R\$	Selic + 4,5%	2020	3.517	
CCB	R\$	CDI + juros de 5%	2021	7.065	
TOTAL GERAL:				60.329	63.045
Circulante:				44.282	44.818
Não circulante:				16.047	18.227

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e C	onsolidado
	2017	2016
2018		12.050
2019	9.979	5.210
2020	4.155	488
2021	1.795	479
2022	21	
2023 e demais anos	97	
	16.047	18.227

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram oferecidos os seguintes ativos, apresentados abaixo ao seu valor de mercado, conforme laudos preparados pelas próprias instituições financeiras:

	Controladora e Consolidado		
	2017	2016	
Hipoteca de Imóveis Alienação fiduciária de Imóveis	34.592 4.123	40.267	
Duplicatas a receber de clientes caucionadas	16.559	19.069	
Estoques	4.374	12.449	
Imobilizado	3.988	3.929	
Aplicação Financeira	2.066	1.863	
	65.702	77.577	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos empréstimos está demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolida					olidado	
	2016	Adições	Pagamento de Principal	Despesa de juros	Pagamento de juros	Variação cambial	2017
FINIMP	773		(722)	33	(55)	(29)	
CCE/NCE	18.970	6.292	(8.836)	850	(845)	336	16.767
ACC	10.492	12.347	(13.719)	607	(945)	(180)	8.602
Resolução 4131		5.200		78		245	5.523
CCE	22.613	6.000	(20.002)	2.507	(2.494)		8.624
FGPP	7.404	12.510	(12.114)	969	(875)		7.894
BNDES FINAME		172		3	(2)		173
BNDES FINAME	2.793		(628)	93	(94)		2.164
CCB		3.472		45	0		3.517
CCB		7.000	(68)	260	(127)		7.065
TOTAL GERAL:	63.045	52.993	(56.089)	5.445	(5.437)	372	60.329

18 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controlada, acionistas e empresas que possuem relacionamentos com os membros da administração.

os membros da administração.			Controladora		Co	nsolidado
		Moeda	2017	2016	2017	2016
Ativo						
Circulante						
Partes relacionadas:						
Acionistas controladores		Real				
B&C Comércio de Tecidos Assessórios e Art. Confec. Ltda	(a)	Real	15	96	15	96
Bip Comércio de Tecidos Acess. Vestuário e Conf.	(a)	Real		1		1
Catextil Comercio e Representações Texteis Ltda	(a)	Real	97	336	97	336
Peixoto de Mattos Comércio de Texteis	(a)	Real	178		178	
Caporena Comércio de Camisas Ltda	(a)	Real	172	172		
(-) Caporena Comércio de Camisas Ltda - PCLD	(a)	Real	(172)	,		
•			290	605	290	433
Não circulante						
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	(d)	Real	2.375	2.161	2.375	2.161
Zarorgion comorcializadora do Zarorgia Zirun	(4)		2.375	2.161	2.375	2.161
Passivo						
Circulante						
Partes relacionadas:						
1001 Ind. De Artefatos de Borracha Ltda	(h)	Real	7		7	
Beca Representações Comerciais	(a)	Real	78	24	7 78	0.4
Catriz Empreendimentos Ltda	(a)	Real	74	24 32	74	24 32
Dominio Imobiliária Empreendimentos e Part. Ltda	(f)	Real	/4	-	/4	32
Energisa S/A	(b)	Real	885	1.025 1.715	885	1.715
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(a)	Real	•		-	
Zoom Constituita & Negocios Ltda	(a)	Keai	43	15	43	15
			1.087	2.811	1.087	1.786
Não Circulante	(0	n 1				
Dominio Imobiliária Empreendimentos e Part. Ltda	(f)	Real	44.0	2.666		
Beca Representações Comerciais	(a)	Real	110		110	
Catriz Empreendimentos Ltda	(a)	Real	181		181	
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(a)	Real	77		77	
			368	2.666	368	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		-		Controladora		Consolidado
		Moeda	2017	2016	2017	2016
Resultado operacional						
Partes relacionadas:						
1001 Ind. De Artefatos de Borracha Ltda	(h)	Real	(66)		(66)	
Aurora Têxtil Ltda	(e)	Real		(2)		(2)
B&C Com. Tecidos Assess. e Art. Confec. Ltda	(a)	Real	442	321	442	321
Beca Representações Comerciais	(a)	Real	(620)	(318)	(620)	(318)
Bip Comércio de Tecidos Acess. Vestuário e Conf.	(a)	Real	312	506	312	506
Catextil Comercio e Representações Texteis Ltda	(a)	Real	1.406	1.040	1.406	1.040
Catriz Empreendimentos Ltda	(a)	Real	(628)	(309)	(628)	(309)
Dominio Imobiliária Empreendimentos e Part. Ltda	(f)	Real	(102)	(263)		
Energisa S/A	(b)	Real	(20.275)	(24.120)	(20.275)	(24.120)
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	(d)	Real	215	268	215	268
Ferreira Cardoso Vasconcelos Teodoro Advogados	(c)	Real	(4)	(83)	(4)	(83)
Marcelo Inácio Peixoto	(i)	Real	(11)		(11)	
Multisom Radio Cataguases Ltda	(g)	Real	(8)		(8)	
Citrex Assessoria Empresarial S/S Ltda	(j)	Real	(280)		(280)	
Peixoto de Mattos Comércio de Texteis	(a)	Real	641	818	641	818
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(a)	Real	(369)	(218)	(369)	(218)

- (a) Refere-se a operações de venda de mercadorias conforme estabelecido em tabela de preço, contrato de representação comercial ao percentual de 3% nas vendas para atacadista, 3,5% para confeccionista, 2% para clientes "decisão", considerados lojistas, detentores de marcas e grifes que realizam negócios com a Companhia, e se utilizam de serviços de terceiros para facção de seus produtos, 1,5% para clientes "compra", considerados aqueles que prestam serviço de facção aos clientes decisão e contra os quais são faturadas as mercadorias definidas por estes últimos nas vendas conjugadas e 6% para a 1ª e 2ª venda a novos clientes e verba indenizatória devida em razão da rescisão da representação comercial.
- (b) Refere-se à compra de energia elétrica, suportado por contrato.
- (c) Refere-se a valores do acompanhamento de processo e serviços eventuais de consultoria tributária.
- (d) Refere-se a depósito caução efetuado como garantia ao contrato de compra de energia elétrica, aplicado pela Energisa com rendimentos sendo incorporados ao saldo.
- (e) Refere-se a compra materiais de transmissão e acessórios.
- (f) Refere-se a mútuo tomado perante a controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. com a taxa de 1% ao mês.
- (g) Refere-se a serviços de divulgação publicitária.
- (h) Refere-se a prestação de serviços de conserto.
- (i) Serviço de levantamento técnico para fins de regularização das obras de ampliação.
- (j) Refere-se a prestação de serviço de gestão comercial.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Obrigações tributárias

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
IRPJ/CSLL			9	50
Contrib. Previd. s/ receita	190	238	190	238
ICMS	37	117	37	117
PIS	96	27	96	27
COFINS	548	197	548	197
CIDE s/ remessas externas	6	3	6	3
Outros tributos a recolher	25	41	25	40
Parcelamentos (i)				
IRPJ/CSLL	262	502	262	502
PIS	10	19	10	19
INSS	1.465	2.745	1.465	2.745
Outros	174	234	174	234
Utilização de Prejuízos Fiscais	(1.010)		(1.010)	
	1.803	4.123	1.812	4.172
Circulante:	1.060	906	1.069	955
Não circulante:	743	3.217	743	3.217

⁽i) Parcelamento com base na Lei 13.496/17.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e Consolidado		
	2017	2016	
2018		286	
2019	67	286	
2020	67	286	
2021	67	286	
2022	67	286	
2023 e demais anos	<u>475</u>	1.787	
	<u>743</u>	3.217	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Provisões diversas

	<u>Controladora e Co</u>	nsonaaao
	2017	2016
Provisões com pessoal Provisão prêmio aposentadoria Comissões a agentes mercado externo Comissões a representantes mercado interno Provisão indenização representantes mercado interno	3.148 3.035 716 588 39	3.424 3.357 603 440
	7.526	7.824
Circulante Não Circulante	4.491 3.035	4.467 3.357

Controladora e Consolidado

(a) Beneficios pós-emprego

A avaliação atuarial referente à mensuração do compromisso atribuído à Companhia Industrial Cataguases, está relacionado a provisão para prêmio aposentadoria, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 33 R1, aprovado pela Deliberação CVM 695/2012, que trata da contabilização de Benefícios a Empregados.

O valor atual de obrigações de prêmio aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o prêmio aposentadoria, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do prêmio aposentadoria.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do prêmio aposentadoria. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações do prêmio aposentadoria.

A Companhia firmou Acordo Coletivo de Trabalho que estabelece na cláusula 10ª o pagamento de um abono de Aposentadoria nas seguintes condições:

Será concedido, exclusivamente ao empregado que vier a se desligar das empresas, por motivo de aposentadoria, seja especial, seja por tempo de serviço, um prêmio equivalente ao valor de seu salário nominal multiplicado pelo coeficiente correspondente ao número de anos trabalhados.

O prêmio definido será equivalente a 10 (dez) salários nominais quando o empregado contar com o tempo ininterrupto de serviço prestado às mesmas empresas equivalente a: 25 (vinte e cinco) anos, em caso de aposentadoria especial; 30 (trinta) anos, em caso de empregada, com aposentadoria por tempo de serviço e 35 (trinta e cinco) anos, em caso de empregado com aposentadoria por tempo de serviço.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição e movimentação dos saldos do plano de benefício definido:

Conciliação da obrigação de benefício definido	2017	2016
Obrigação de Benefício Definido no início do ano	3.357	2.632
Custo do serviço corrente (parte patronal)	97	95
Custo dos juros	279	314
Beneficios pagos	(824)	(657)
(Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	126	973
Mudanças de premissas demográficas e econômicas Mudanças de premissas financeiras	(174) 90	109
Ajustes de experiência	90 210	864
Obrigação de Benefício Definido no final do ano	3.035	3.357
Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	2017	2016
Contribuições do empregador	824	648
Beneficios pagos	(824)	(648)
(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos	(024)	(040)
Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	2017	2016
Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente (parte patronal)	97	95
Custo líquido dos juros	279	314
Custo do benefício pós-emprego no período	376	410
Custo total reconhecido em ORA no início do ano	3.889	2.916
Perdas (ganhos) atuariais	126	973
Custo total reconhecido em ORA (*) (Ganho) / perda atuarial sobre os ativos	4.015	3.889
Montantes reconhecidos no balanço	2017	2016
Montantes recommends no balanço	201/	2010
Valor presente das obrigações não fundeadas	(3.035)	(3.357)
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(3.035)	(3.357)
(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(3.035)	(3.357)
Conciliação do ativo/(passivo) líquido:	2017	2016
Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano	(3.357)	(2.632)
Custo líquido no período	(376)	(409)
Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital	(126)	(973)
Contribuições do empregador para o plano	824	657
Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano	(3.035)	(3.357)
Premissas adotadas (final do ano)	2017	2016
Taxa de desconto (nominal)	9,37%	11,50%
Retorno esperado dos ativos do plano Taxa nominal de crescimento salarial futuro	9,37% 5,02%	12,85%
Inflação Projetada	5,02% 4,50%	5,53% 5,00%
Idade média prevista na aposentadoria	48 F / 53 M	48 F / 53 M
Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	2017	2016
Data efetiva	31/12/2017	31/12/2016
Participantes ativos (passivo principal)	1.228	1.406
Número total de participantes	1.228	1.406
Período de amortização	2017	2016
Média esperada de vida de trabalho restante	15,41	15,9
Período médio até que os benefícios sejam adquiridos	15,41	15,9
Duration da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	3,67	3,11

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2017	2016
(126)	(973)
(90)	(109)
174	
(210)	(864)
2017	2016
15,25%	12,78%
AT-2000	AT-2000
Alvaro Vindas-50%	Alvaro Vindas-50%
2017	2016
1.923	384
1.923	384
2017	2016
126	973
126	973
126	973
	(126) (90) 174 (210) 2017 15,25% AT-2000 Alvaro Vindas-50% 2017 1.923 1.923 2017 126 126

Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de rotatividade (decréscimo de 1% a.a. no, percentual adotado) e taxa de desconto (decréscimo e acréscimo de 1% a.a. no percentual adotado), além da premissa de crescimento salarial (acréscimo de 1% no percentual adotado), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Análise de Sensibilidade (em %):

Decréscimo de 1% na taxa de desconto: variação positiva de 2,36% montante da obrigação; Acréscimo de 1% na taxa de desconto: variação negativa de 2,16% no montante da obrigação; Decréscimo de 1% na rotatividade: variação positiva de 2,91% no montante da obrigação; Acréscimo de 1% na taxa de crescimento salarial: variação positiva de 2,17% no montante da obrigação.

As análises de sensibilidade acima baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Provisões para riscos e depósitos judiciais

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava as seguintes provisões para riscos e depósitos judiciais:

		Controladora e Consolidado			
		2017		2016	
	Provisão para riscos	Depósitos Judiciais	Provisão para riscos	Depósitos Judiciais	
Tributárias Trabalhistas Cíveis Outras	297 2.661 9.912 3.531	(406) (922) (20) (250)	268 1.353 9.364 3.072	(406) (1.694) (20) (250)	
	16.401	(1.598)	14.057	(2.370)	

A apresentação dos saldos líquidos de provisões para riscos e depósitos judiciais de 2017 é apresentada abaixo:

			Control	adora e Consolidado
				2017
	Provisão para riscos líquidas dep. judiciais	Outras provisões para riscos	Total de Provisão para riscos líquidas de depósitos judiciais	Total de Outros depósitos judiciais
Tributarias		297	297	(406)
Trabalhistas Cíveis	648 9.892	1.292	1.940 9.892	(201)
Outras	3.416		3.416	(135)
	13.956	1.589	15.545	(742)

A movimentação das provisões para riscos e dos depósitos judiciais é como segue:

				Controladora e C	Consolidado
	2016	Adição	Baixa	Atualização	2017
Provisão	14.057	4.323	(2.834)	855	16.401
Depósitos	(2.370)	(1.074)	1.847	(1)	(1.598)
	11.687	3.249	(987)	854	14.803

A Companhia e sua controlada são parte (polo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Considerando o prognóstico dos processos judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso Balanço quando: (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos 32 de 46

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas junto aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante aproximado de R\$ 771 (R\$1.585 em 31 de dezembro de 2016), referentes a causas de natureza cível, tributária e trabalhista que não estão provisionados.

Do montante de riscos destacamos os principais processos:

(a) Trabalhista

Refere-se à revisão do risco de perda pelo advogado responsável pelas reclamações trabalhistas da Companhia cujo objeto refere-se a intervalo intrajornada, adicional de insalubridade, dentre outros.

(b) Cível

Refere-se basicamente a discussão contratual de reajuste de preço de energia elétrica. Em fevereiro de 2006, a Companhia ingressou com uma ação ordinária de revisão contratual em face de um de seus fornecedores de energia elétrica. O objeto dessa ação judicial é discutir o reajuste dos valores contratados. Em 31 de dezembro de 2017 o valor atualizado da lide considerado como perda provável é de R\$9.912 contra R\$ 9.364 em 31 de dezembro de 2016.

(c) Outras

Ação rescisória nº 2306, ajuizada perante o STF, com intuito de desconstituição parcial da coisa julgada e com nova apreciação única e exclusivamente da questão relacionada aos honorários de sucumbência arbitrados no valor de R\$ 3.531, devido a uma ação ordinária (24.97.108265-6 - 3ª Vara da Fazenda Estadual de BH) onde se buscava originariamente o reconhecimento de crédito de ICMS.

22 Instrumentos financeiros derivativos

No período findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contratou, com caráter exclusivo de proteção, duas operações de swaps (8 e 12 meses), no valor total de R\$ 5.200, que trocam a variação do dólar por taxa pré fixada em operações de Emprestimos e Financiamentos. Na determinação do valor justo do swap foram utilizados preços de mercado ativo, para instrumentos financeiros idênticos, segregamos os instrumentos para demonstrar o efeito ativo e passivo de cada grupo de instrumentos, sendo demonstrado como segue:

Em 31 de dezer	<u>nbro de 2017</u>			Taxas			/alor justo
Operações	Período (meses)	Juros	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Líquido
Dólar x Taxa pré	8 e 12 meses	Períodos de 4 e 6 meses	Variação Cambial + 5,33% a 5,50%	11,50% a 11,55%	339	(186)	153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 145.307 ações sendo 144.198 ações ordinárias e 1.109 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 73.289 em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. As ações preferenciais não tem direito a voto, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital em caso de amortização de ações e na liquidação da Companhia, bem como terão dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data da transição e as reavaliações de bens do ativo imobilizado em 2006, da Controladora e controlada, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da realização dos ativos a que se referem.

(c) Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto, à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social.

(d) Reserva de retenção

Constituída com a parcela do lucro líquido do exercício remanescente após as destinações previstas no estatuto da Companhia, para fins de reforço de capital de giro e expansão dos negócios.

(e) Dividendos

De acordo com o estatuto social, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício social findo em 31 de dezembro um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado não cumulativo, na forma da Lei das Sociedades por Ações, desde que haja valores disponíveis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Receita líquida

Seguem abaixo abertura da receita operacional bruta e conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Vendas de produtos no Mercado Interno	201.299	224.354	201.337	224.383	
Vendas de produtos no Mercado Externo	30.795	35.226	30.795	35.226	
Impostos sobre vendas	(43.588)	(48.960)	(43.589)	(48.961)	
Subvenções governamentais – ICMS (i)	7.276	8.331	7.276	8.331	
Devoluções e abatimentos	(8.959)	(13.256)	(8.959)	(13.256)	
Ajuste a valor presente clientes	(10.405)	(11.601)	(10.405)	(11.601)	
Total da receita contábil	176.418	194.094	176.455	194.122	

(i) A subvenção para custeio, por se tratar de auxílio financeiro comumentemente recebido de forma periódica pela Companhia, decorrente de incentivos fiscais de ICMS (PROALMINAS), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), e reconhecida no resultado do exercício ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

25 Custos e despesas operacionais

custos e uespesas operacionais		Controladora	Consolidado		
Por natureza:	2017	2016	2017	2016	
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada Indenizações trabalhistas por demissões (1)	(56.361) (2.532)	(48.224)	(56.361) (2.532)	(48.224)	
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(110.220)	(117.985)	(110.220)	(117.985)	
Comissões sobre venda	(4.186)	(4.304)	(4.186)	(4.304)	
Fretes de vendas	(3.876)	(4.197)	(3.876)	(4.197)	
Depreciações e amortizações	(7.197)	(7.676)	(7.218)	(7.684)	
Indenizações a representantes comerciais	(1.677)		(1.677)		
Ajuste a valor presente - fornecedores	1.597	1.793	1.597	1.793	
Outros	(11.086)	(12.483)	(11.132)	(12.526)	
Total das despesas	(195.538)	(193.076)	(195.605)	(193.127)	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado		
Por função:	2017	2016	2017	2016		
Operações continuadas						
Custo dos produtos vendidos	(155.991)	(156.847)	(155.991)	(156.847)		
Despesas com vendas	(26.446)	(24.836)	(26.446)	(24.836)		
Despesas administrativas	(13.101)	(11.393)	(13.168)	(11.444)		
Total das despesas	(195.538)	(193.076)	(195.605)	(193.127)		

⁽¹⁾ Custo/despesa para adequação do quadro de pessoal à situação atual da Companhia em detrimento do cenário econômico nacional.

26 Outras receitas (despesas)

	C	ontroladora_		Consolidado	
_	2017	2016	2017	2016	
Outras receitas					
Cessão de crédito de energia	5.719		5.719		
Crédito extemporâneo de Pis e Cofins	85	159	85	159	
Crédito extemporâneo de ICMS	179	1.900	179	1.900	
Crédito Pis e Cofins Importação	93		93		
Ganhos na alienação de imobilizado	199	5	199	5	
Aluguel	39	462	39	462	
Ressarcimento ref. a recursos trabalhistas		128		128	
Outras receitas	23	223	23	229	
<u>-</u>	6.337	2.877	6.337	2.883	
Outras despesas					
Cessão de crédito de energia	(3.326)	(2.048)	(3.326)	(2.048)	
Despesa com contingência trabalhista	(2.352)	(1.615)	(2.352)	(1.615)	
Provisão de risco em ações trabalhistas	(1.308)	(61)	(1.308)	(61)	
Provisão para perda de estoque	1.118	(1.779)	1.118	(1.779)	
Pis e Cofins sobre outras receitas	(797)	(529)	(797)	(529)	
Pis, Cofins, CIDE sobre remessas externas	(81)	(149)	(81)	(149)	
Penalidade Contratual	(459)	(27)	(459)	(27)	
Provisão para prêmio aposentadoria	(400)	(410)	(400)	(410)	
Contribuição Fundo Algominas	(109)	(125)	(109)	(125)	
ICMS sobre outras saídas	(175)	(90)	(175)	(90)	
Outras despesas	(439)	(685)	(454)	(702)	
_	(8.328)	(7.518)	(8.343)	(7.535)	
Total Outras receitas (despesas), líquidas	(1.991)	(4.641)	(2.006)	(4.652)	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Reversão do ajuste a valor presente clientes	10.566	11.673	10.566	11.673
Ganhos com variações cambiais	5.474	16.186	5.474	16.186
Juros com aplicações financeiras	1.249	1.545	1.269	1.618
Beneficio parcelamento Lei 13.496/17	1.959		1.959	
Ganho com operação Swap	688		688	
Outras receitas financeiras	1.103	1.818	1.260	2.229
	21.039	31.222	21.216	31.706
Despesas financeiras				
Perdas com variações cambiais	(5.512)	(13.375)	(5.512)	(13.375)
Juros com empréstimos e financiamentos	(5.445)	(6.771)	(5.445)	(6.772)
Reversão do ajuste a valor presente fornecedores	(1.633)	(1.701)	(1.633)	(1.701)
Deságio sobre antecipação de recebíveis	(1.260)	(656)	(1.260)	(656)
Atualização de processos judiciais	(855)	(2.569)	(855)	(2.569)
Estorno benefício parcelamento Leis 12.865/13 e 12.996/14	(628)		(628)	
Perda com operação Swap	(635)		(635)	
Outras despesas financeiras	(665)	(1.065)	(569)	(805)
	(16.633)	(26.137)	(16.537)	(25.878)
Resultado financeiro liquido	4.406	5.085	4.679	5.828

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumentos financeiros classificados por categoria.

				Inst	rumentos finai	nceiros clas	sificados por ca	tegoria
							Contro	oladora
				2017				2016
Ativo	Ativos ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Ativos ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalente caixa	24.768			24.768	29.143			29.143
Títulos e valores mobiliários		2.205		2.205		2.161		2.161
Contas a receber e outros recebíveis			37.919	37.919			39.451	39.451
Instrumentos financeiros derivativos		153		153				
Depósitos judiciais			742	742			1.467	1.467
	24.768	2.358	38.661	65.787	29.143	2.161	40.918	72.222
				<u> </u>	, 10			

Passivo	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total
Empréstimos e financiamentos	60.329	60.329	63.045	63.045
Fornecedores	9.091	9.091	10.429	10.429
	69.420	69.606	73.474	73-474

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

olidado	Consc						
2016				2017			
Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Ativos ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Ativos ao custo amortizado
29.464			29.464	25.002			25.002
2.161		2.161		2.205		2.205	
39.456	39.456			37.919	37.919		
				153		153	
1.467	1.467			742	742		
72.548	40.923	2.161	29.464	66.021	38.661	2.358	25.002

Ativo
Caixa e equivalente caixa
Títulos e valores mobiliários
Contas a receber e outros recebíveis
Instrumentos financeiros derivativos
Depósitos judiciais

Passivo Empréstimos e financiamentos Fornecedores

financeiro mensurado ao custo amortizado	Total
60.329	60.329
9.093	9.093
69.422	69.608

Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total
63.045	63.045
10.430	10.430
73,475	73.475

Não houve reclassificações entre categorias dos instrumentos financeiros durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Daccivo

(a) Exposição a riscos cambiais

Existem valores a receber e a pagar denominados em dólares norte-americanos e euros, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais estão abaixo discriminados e não temos diferenças entre os valores justos e os contábeis.

Contas a receber - a Companhia possui saldo de contas a receber em moeda estrangeira referente às vendas a outros países em que atua. Em 31 de dezembro de 2017, monta R\$10.093, equivalente a 462 mil euros e 2.497 mil dólares norte-americanos (R\$6.979 em 31 de dezembro de 2016, equivalente a 544 mil euros e 1.567 mil dólares norte-americanos).

Empréstimos e financiamentos - conforme demonstrado na Nota Explicativa 17, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo no montante de R\$30.892 em 31 de dezembro de 2017, equivalente a 9.339 mil dólares norte-americanos (R\$30.235 em 31 de dezembro de 2016, equivalente a 9.277 mil dólares-americanos). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia não comprou dólares no mercado futuro.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas a taxas de juros flutuantes substancialmente atrelados às variações do CDI nas aplicações financeiras contratadas em reais e nos empréstimos em moeda nacional.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Concentração de risco de crédito

A Companhia e sua controlada estão expostas a possíveis perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada definiram em sua política de gestão de riscos parâmetros para análise das situações financeiras e patrimonial de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a qual opera, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo de bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de "commodities", taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

(i) Seleção de riscos

A Companhia selecionou dois riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: (1) a taxa de câmbio dólar norte-americano-real e euro-real; (2) a taxa do CDI e da Selic.

(ii) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia incluiu na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, um possível e um remoto, que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas operações da Companhia. Dado que a Companhia administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar norte-americano contra o real podem ser compensados ou ampliados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Companhia. O cenário provável considera altas de 10% da cotação do dólar norte-americano-real/euro-real.

Os cenários possíveis e remotos consideram altas de 25% e 50%, respectivamente, da cotação do dólar norte-americano-real e Euro-real em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2017.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2017 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI a 9,93% a.a., Selic a 9,94% a.a., dólar a 3,308 e euro a 3,9693) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Controladora
Instrumentos	Exposição em R\$ mil	Risco	Cenário I (Deterioração de 10%)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio					
Contas a receber mercado externo	1.834	Alta Euro	2.017	2.521	3.025
Contas a receber mercado externo	8.259	Alta Dólar	9.086	11.357	13.628
Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros	(30.892)	Alta Dólar	(33.981)	(42.476)	(50.972)
derivativos (Valor Nocional)	5.200	Alta Dólar	5.720	7.150	8.580
Subtotal	(15.599)		(17.158)	(21.448)	(25.739)
Instrumentos financeiros expostos a variação do CDI e da Selic Aplicações financeiras no mercado					
aberto	21,563	Alta CDI	23.719	29.649	35.579
Empréstimos e financiamentos	(15.689)	Alta CDI	(17.258)	(21.573)	(25.887)
Empréstimos e financiamentos	(3.517)	Alta Selic	(3.869)	(4.836)	(5.803)
Subtotal	2.357		2.592	3.240	3.889
Total =	(13.242)		(14.566)	(18.208)	(21.850)
Efeito no resultado			(1.324)	(4.966)	(8.608)

					Consolidado
Instrumentos	Exposição em R\$ mil	Risco	Cenário I (Deterioração de 10%)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros				-0 ·•/	20 00 107
expostos ao Câmbio					
Contas a receber mercado externo	1.834	Alta Euro	2.017	2.521	3.025
Contas a receber mercado externo	8.259	Alta Dólar	9.086	11.357	13.628
Empréstimos e financiamentos	(30.892)	Alta Dólar	(33.981)	(42.476)	(50.972)
Instrumentos financeiros		Alk- D41			0.=0.0
derivativos (Valor Nocional)	5.200	Alta Dólar	5.720	7.150	8.580
Subtotal	(15.599)		(17.158)	(21.448)	(25.739)
Instrumentos financeiros expostos a variação do CDI e da Selic Aplicações financeiras no mercado					
aberto	21.761	Alta CDI	23.937	29.921	35.905
Empréstimos e financiamentos	(15.689)	Alta CDI	(17.258)	(21.573)	(25.887)
Empréstimos e financiamentos	(3.517)	Alta Selic	(3.869)	(4.836)	(5.803)
Subtotal	2.555		2.810	3.512	4.215
Total _	(13.044)		(14.348)	(17.936)	(21.524)
Efeito no resultado			(1.304)	(4.892)	(8.480)

Mensuração do valor justo

O IFRS 7 define valor justo como preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou mercado mais vantajoso para ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para a mensuração do valor justo. Em 31 de

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dezembro de 2017, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Esses ativos incluem investimentos em títulos privados e públicos. Os ativos da Companhia mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos à divulgação conforme os requerimentos do IFRS 7 em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são os seguintes:

		Mer	ısuração a valor justo -	Conti orauora
		Preço cotado em mercados ativos para ativos identicos	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observaveis
	2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo Títulos e valores mobiliários Instrumentos financeiros derivativos	2.205 153	2.205	153	
	2.358	2.205	153	
		Mer	ısuração a valor justo -	Controladora
		Preço cotado em mercados ativos para ativos identicos	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observaveis
	2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo Títulos e valores mobiliários	2.161 2.161	2.161 2.161		
		Me Preço cotado em mercados ativos para ativos identicos	ensuração a valor justo Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares	- Consolidado Registros não observaveis
	2017	Preço cotado em mercados ativos	Preço cotado em mercados não ativos	Registros não
Ativo Títulos e valores mobiliários Instrumentos financeiros derivativos	2.205	Preço cotado em mercados ativos para ativos identicos	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observaveis
Títulos e valores mobiliários	,	Preço cotado em mercados ativos para ativos identicos Nível 1	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observaveis
Títulos e valores mobiliários	2.205 153	Preço cotado em mercados ativos para ativos identicos Nível 1 2.205	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observaveis Nível 3
Títulos e valores mobiliários	2.205 153	Preço cotado em mercados ativos para ativos identicos Nível 1 2.205	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observaveis Nível 3
Títulos e valores mobiliários Instrumentos financeiros derivativos ———————————————————————————————————	2.205 153	Preço cotado em mercados ativos para ativos identicos Nível 1 2.205 2.205 Me Preço cotado em mercados ativos	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares Nível 2 153 153 ensuração a valor justo Preço cotado em mercados não ativos	Registros não observaveis Nível 3 - Consolidado Registros não
Títulos e valores mobiliários	2.205 153 2.358	Preço cotado em mercados ativos para ativos identicos Nível 1 2.205 2.205 Me Preço cotado em mercados ativos para ativos identicos	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares Nível 2 153 153 ensuração a valor justo Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observaveis Nível 3 - Consolidado Registros não observaveis

(d) Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, 41 de 46

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais, considerando os requerimentos legais e estatutários.

29 Lucro líquido (prejuízo) por ação

O resultado por ação foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme o quadro abaixo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve alteração na quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação e também não existem situações que possam provocar diluição.

-			2017			2016
Em milhares de reais	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Resultado do período	(10.847)	(83)	(10.930)	1.819	15	1.834
Lucro/ (Prejuízo) atribuível aos acionistas	(10.847)	(83)	(10.930)	1.819	15	1.834
Número efetivo de ações	144.198	1.109	145.307	144.198	1.109	145.307
Resultado por ação básico e diluído - R\$	(75,22)	(75,22)	(75,22)	12,61	13,87	12,62

30 Operações descontinuadas

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 constituiu participação de 51% da empresa Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais classes de ativos e passivos a serem descontinuados da Caporena Comércio de Camisas Ltda. são:

sau.	2017	2016
Circulante Caixa e equivalentes de caixa		
Contas a receber de clientes	6	6
Não circulante	_	•
Imobilizado	1	1
m . I I:	1	1
Total do ativo		
	2017	2016
Passivo		
Circulante Fornecedores e outras contas a pagar (a)	620	564
Tornecedores e outras contais a pagar (a)	620	564
Não circulante	0_0	J • Ŧ
Outros passivos (a)	2.289	2.082
Patrimônio líquido	2.289	2.082
Capital social	10	10
Prejuízos acumulados	(2.912)	(2.345)
	(2.902)	(2.335)
Total do passivo	7	

⁽a) Nestes montantes existem saldos devidos a Companhia que foram eliminados na consolidação das demonstrações contábeis, sendo apresentado o saldo de R\$ 1.426 como passivos de operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.125 em 31 de dezembro de 2016).

O resultado do exercício da Caporena Comércio de Camisas Ltda. é apresentado a seguir:

Demonstração de resultado	2017	2016
Receita líquida		
Custo de produtos		
Lucro bruto Despesas comerciais, gerais e administrativas Resultado financeiro	(263)	(6) (297)
Prejuízo do exercício da operação descontinuada	(263)	(303)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os fluxos de caixas líquidos incorridos pela Caporena Comércio de Camisas Ltda. são:

Fluxo de Caixa líquidos das operações descontinuadas	2017	2016
Provenientes das operações		(2)
		(2)

31 Remuneração dos administradores

Foram fixados pela AGO/E realizada em 29 de abril de 2016, a remuneração anual e global dos administradores da Companhia a vigorar de maio de 2016 a abril de 2017 em até R\$6.100 (em até R\$5.000 no período de maio de 2015 a abril de 2016).

			Controladora e Consolidado	
Nº de Membros	Honorários	Remuneração Variável	Previdência Privada	Assist. Médica
-				2017
5	539			
3	319			
4	1.504		87	56
12 =	2.362		87	56
				2016
5	608			
5	322			
2	725		79	99
12	1.655		79	99
	5 3 4 12 = 5 5 2	Membros Honorários 5 539 3 319 4 1.504 12 2.362 5 608 5 322 2 725	Membros Honorários Variável 5 539 3 319 4 1.504 12 2.362 5 608 5 322 2 725	Nº de Membros Honorários Remuneração Variável Previdência Privada 5 539 3 319 4 1.504 87 12 2.362 87 87 87 5 608 5 322 725 79

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguros contratadas junto a terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas	Prêmio
Incêndio de bens do imobilizado e avarias nos estoques	203.195	455
Veículos	4.301	32
Responsabilidade civil diretoria D&O	30.000	40
Responsabilidade civil	20.000	12
Fiança Locatícia	298	7
Crédito de exportação	2.084	72
Transporte Importação	3.308	(*)
Transporte Exportação	992	(*)

^(*) O prêmio é calculado pela taxa prevista na apólice, no valor de 0,055% aplicável aos Embarques Aquaviários, Terrestres e Aéreos. A referida taxa aplica-se a todas as verbas seguráveis.

* * *

Conselho de Administração:

José Inácio Peixoto Neto

Presidente

Herbert Steinberg Vice-Presidente

Carlos Manoel Castro de Mattos

Conselheiro

Jorge Nagib Amary Junior

Conselheiro

Vicente Moliterno Neto

Conselheiro

Diretoria:

José Inácio Peixoto Neto

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Alexandre Ribeiro Scotti

Diretor Administrativo e Financeiro Marcos Aurélio de Sousa Rodrigues

Diretor Técnico-Industrial

Tiago Inácio Peixoto Diretor Comercial

Conselho fiscal:

Flávio Stamm

Conselheiro

Glaydson Ferreira Cardoso

Conselheiro

Paulo Henrique Laranjeira da Silva

Conselheiro

Responsável técnico:

Celso Romário de Oliveira

Contador

CRC-MG 065048